

A “TIMES SQUARE MINEIRA”? PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SETE EM BELO HORIZONTE EMBASADA NA CULTURA NORTE-AMERICANA

THE 'MINAS TIMES SQUARE'? PROPOSAL FOR THE REVITALIZATION OF PRAÇA SETE IN BELO HORIZONTE BASED ON NORTH AMERICAN CULTURE

Flávio Aparecido Santos Souza Junior¹

Marina Furtado Gonçalves²

Solano de Souza Braga³

Resumo

Este artigo teve como objetivo principal analisar a proposta de requalificação da Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte, ponto central da cidade e patrimônio cultural do estado de Minas Gerais. O projeto, apresentado pela Prefeitura Municipal em 2025, visa criar uma “Times Square mineira”, com letreiros luminosos e uma ambiência inspirada em modelos urbanos norte-americanos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica, levantamento de dados midiáticos e realização de entrevistas. Justifica-se pela necessidade de questionar a importação de modelos globais e refletir sobre os impactos simbólicos, sociais e políticos dessa tentativa de norte-americanização do espaço urbano. Como resultados, o estudo aponta os possíveis efeitos negativos que a proposta pode gerar sobre a paisagem urbana de Belo Horizonte. Nas conclusões, destaca-se que a requalificação planejada oferece riscos ao patrimônio cultural da cidade, sobretudo em razão da estetização do espaço público.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Cidade e patrimônio cultural; Desenvolvimento local; Paisagem urbana; História da cidade.

Abstract

This article aimed to analyze the proposed redevelopment of Praça Sete de Setembro, in Belo Horizonte, a central point of the city and a cultural heritage site of the state of Minas Gerais. The project, presented by the Municipal Government in 2025, seeks to create a “Mineiro Times Square,” featuring illuminated billboards and an ambiance inspired by North American urban models. The research adopts a qualitative, exploratory approach, based on a literature review, media data collection, and interviews. It is justified by the need to question the importation of global models and to reflect on the symbolic, social, and political impacts of this attempt to Americanize the urban space. As results, the study points to the possible negative effects that the proposal may have on the urban landscape of Belo Horizonte. In its conclusions, it highlights that the planned redevelopment poses risks to the city's cultural heritage, especially due to the aestheticization of public space.

Keywords: Belo Horizonte; City and cultural heritage; Local development; Urban landscape; Urban history.

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, <https://orcid.org/0009-0004-0522-8722>, flavios25junior@gmail.com

² Universidade Federal da Bahia, <https://orcid.org/0000-0001-6557-1785>, marinafg.ufba@gmail.com

³ Universidade Federal de Ouro Preto, <https://orcid.org/0000-0002-6231-4756>, solano@ufop.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A cultura brasileira, de maneira geral, é resultado da influência de diversos povos. Sua formação inicial decorre da miscigenação entre europeus, africanos e indígenas. Nesse sentido, o brasileiro sempre foi moldado por influências externas em seu cotidiano (Jesus e Silva, 2021). Isso se intensifica em nosso dia a dia, seja nas músicas que ouvimos, nas marcas de roupas que consumimos, nos filmes a que assistimos, nos espaços que frequentamos ou nos alimentos que ingerimos. Na culinária, por exemplo, destaca-se a influência italiana, responsável por popularizar pratos como massas, pizzas e polentas em grande parte do país (Dória, 2001).

De acordo com Brito (2024) e o *American Project* (2020), embora a cultura brasileira tenha sido inicialmente moldada por influências europeias, com o tempo a cultura norte-americana passou a ter uma presença crescente. Segundo o *American Project* (2020), a cultura dos Estados Unidos da América (EUA) é tão presente no Brasil que, mesmo aqueles que não têm contato direto com o país, acabam sendo indiretamente influenciados pelo idioma e pelos costumes norte-americanos, afinal a língua inglesa, falando nos EUA, é vista pelo mundo como uma língua universal (Pasqualini, 2019).

Quem nunca sonhou em fazer uma viagem internacional? Conhecer a *Disney*, em Orlando; visitar os parques da *Universal Studios* em *Los Angeles*, na Califórnia, ou na Flórida; ou ainda jantar no *Hard Rock Café*? Nunca se impressionou com os carros luxuosos da *Cadillac*, *Lincoln* ou *Chrysler*? Desejou ter aparelhos eletrônicos da *Apple*, ou calçados das marcas *Nike*, *Calvin Klein* ou *Converse*? Há também quem sonhe em viver nos Estados Unidos, nutrindo a esperança de uma significativa melhoria de vida — um ideal comum a muitos brasileiros, o chamado “sonho americano” (Obama, 2021). Admirar ou consumir produtos estrangeiros não é, por si só, problemático; no entanto, preocupa quando essa admiração leva à desvalorização da identidade cultural brasileira em favor da exaltação de símbolos e estilos internacionais.

A novela “América” de Gloria Perez é um exemplo emblemático que evidenciou esse processo de romantização dos Estados Unidos da América pelos brasileiros. Exibida em horário nobre na Rede Globo no ano de 2005, foi um grande sucesso de audiência da dramaturgia brasileira, ao retratar a trajetória de uma personagem do Rio de Janeiro que imigra ilegalmente para os EUA em busca de melhores condições de vida, influenciada pelo fascínio de muitos brasileiros pela cultura norte-americana (Rede Globo, 2005).

Essa valorização de elementos estrangeiros também se manifesta na arquitetura, como na popularização das cozinhas americanas no Brasil. Inspirado no modelo norte-americano, esse estilo integra a cozinha aos demais ambientes, promovendo a interação e

agregando sofisticação aos imóveis (Baggio, 2021). Essa preferência reflete um processo contínuo de colonização cultural, em que o imaginário de prosperidade importado influencia até o planejamento urbano.

Balteiro (2025) afirma que os escândalos envolvendo a política urbana brasileira não são recentes, mas vêm assumindo novos contornos por meio de estratégias de comunicação e articulação, sobretudo quando atravessam conselhos participativos e deliberativos. No âmbito dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, o autor nos convida a refletir: como defender o patrimônio cultural diante de uma elite que demonstra desprezo pelo próprio país?

Diante do crescente consumo da cultura norte-americana no Brasil, esta pesquisa analisa a proposta de requalificação da Praça Sete de Setembro, localizada no centro de Belo Horizonte (BH). Anunciado em fevereiro de 2025 pela Prefeitura, o projeto reacendeu debates sobre os rumos dos espaços públicos urbanos. Com a proposta de transformar a praça em uma “*Times Square* mineira”, a iniciativa se inspira no polo comercial e turístico de Nova York (Salgado, 2025). Como destacam Castillo e Santos (2025), a medida reflete uma lógica de intervenção apoiada na concentração de recursos e no uso de tecnologias, orientando decisões estratégicas de investimento e transformação urbana.

O presente artigo propõe uma análise crítica dessa proposta, refletindo sobre as implicações simbólicas, sociais e políticas da norte-americanização do espaço urbano em uma cidade marcada por forte identidade histórica e cultural (Almeida, Marçal e Guimarães, 2022). Parte-se da hipótese de que o projeto de requalificação da Praça Sete traduz um processo de neoliberalização do espaço urbano, baseado na replicação de referências globais sem a devida consideração às singularidades locais. A pesquisa está ancorada em abordagem qualitativa e de caráter exploratório, utilizando como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, a análise de materiais midiáticos e entrevistas com moradores, comunicadores e especialistas das áreas de patrimônio, arquitetura e urbanismo.

Ao focar no caso da Praça Sete, o estudo problematiza como o desejo de modernização pode encobrir processos de descaracterização cultural e epistemicídio urbano, abrindo espaço para o apagamento de memórias coletivas em prol de uma cidade-espetáculo voltada ao consumo e à competitividade interurbana. A análise busca, portanto, contribuir para os debates sobre planejamento urbano, patrimonialização e colonialidade, evidenciando os limites e as contradições de modelos hegemônicos de intervenção no espaço público. A seguir apresenta-se os procedimentos metodológicos que articularam as etapas desta pesquisa.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Adota-se nessa pesquisa uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com foco na análise crítica da proposta de requalificação da Praça Sete, em Belo Horizonte, à luz dos debates contemporâneos sobre a influência da norte-americanização no Brasil, os processos de patrimonialização e colonialidade, e a neoliberalização das políticas urbanas. Para alcançar os objetivos propostos, foram mobilizadas três estratégias metodológicas complementares: revisão bibliográfica, levantamento de dados midiáticos e realização de entrevistas semiestruturadas.

A revisão bibliográfica abrangeu estudos que discutem a neoliberalização das cidades, a circulação de modelos urbanos globais e a colonização do pensamento urbano na América Latina. Essa etapa forneceu embasamento teórico para compreender os processos que influenciam intervenções urbanas como a analisada. O levantamento de dados midiáticos consistiu na análise de matérias jornalísticas, documentos públicos, notas da prefeitura e manifestações em sítios eletrônicos relacionados ao projeto de requalificação anunciado em 2025 pela Prefeitura de Belo Horizonte. Essa etapa permitiu identificar os discursos oficiais e os posicionamentos veiculados na mídia acerca da proposta.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com atores-chave envolvidos no debate, incluindo moradores da capital, especialistas em patrimônio cultural, comunicadores e arquitetos e urbanistas residentes em Belo Horizonte. Também foi incluído o depoimento de uma arquiteta urbanista especialista em Gestão do Patrimônio Cultural, contribuindo com uma perspectiva técnica aprofundada sobre o tema. A articulação entre essas três fontes possibilitou uma análise abrangente das relações entre discursos institucionais, percepções sociais e práticas de planejamento urbano. A investigação buscou evidenciar as tensões entre globalização e identidade local, bem como os riscos de descaracterização patrimonial diante da adoção de modelos urbanos descontextualizados da realidade histórica e cultural latino-americana. Para sustentar a reflexão proposta por este estudo, é fundamental compreender o contexto histórico e geopolítico que consolidou a influência dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, especialmente nas esferas simbólica, cultural e urbanística — tema abordado no referencial teórico a seguir.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Estados Unidos, especialmente, exerceram forte influência sobre a América Latina em três frentes principais: política, militar e comercial (American Project, 2020). Entre 1823 e 1889, o governo norte-americano buscou consolidar sua presença na região para conter a influência europeia, tratando-a como sua "área de influência" após o período colonial (Silva,

Rückert e Carneiro, 2016). Esse posicionamento foi formalizado em 1823, com a Doutrina Monroe, quando o presidente James Monroe declarou que não toleraria intervenções europeias nas Américas, lançando o lema "A América para os americanos" (Kuhn e Arévalo, 2016; Teixeira, 2014).

Essa doutrina consolidou os EUA como potência hegemônica no continente, permitindo-lhes influenciar de forma simbólica, econômica e ideológica a política, a cultura e os padrões de consumo na América Latina, incluindo o Brasil (Teixeira, 2014). No Brasil, essa influência se manifestou em momentos como o alinhamento político durante a Guerra Fria, o apoio ao golpe militar de 1964 e a presença de corporações norte-americanas, que moldaram os padrões de consumo e aspectos culturais do cotidiano (Gaspari, 2002).

A partir da década de 1970, o dólar consolidou-se como moeda padrão nas trocas comerciais internacionais, reforçando ainda mais a centralidade dos EUA na economia global (Figueira, 2016). Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, os EUA emergiram como a principal potência mundial nos campos econômico, científico, político e tecnológico (Santos Junior, 2012). Esse novo cenário favoreceu a expansão do capitalismo global, impactando diretamente a política econômica dos países latino-americanos a partir da década de 1990 (American Project, 2020).

No eixo comercial, a influência dos EUA é clara na busca por mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas na América Latina (Ayerbe, 2002). Desde o século XIX, os EUA incentivaram tratados comerciais (Rabelo, 2016) e, mais recentemente, acordos de livre comércio que favorecem seus interesses econômicos (Sousa, 2018). Além disso, o Brasil tem visto um aumento na presença de franquias estadunidenses, como o *Subway* e *McDonald's*, símbolo dessa influência cultural e econômica (Corbellini, 2016). Em 2019, viu-se que curiosamente a franquia inaugurou sua milésima unidade de loja de *fast food* na Avenida Paulista, em São Paulo (BR) (Satie, 2019), um marco batizado nacionalmente de "Méqui 1000".

Este fetiche em relação à cultura norte-americana está presente em diversas partes do Brasil. Atualmente, um dos maiores assuntos na cidade de Belo Horizonte é a proposta de requalificação arquitetônica de um espaço público, inspirada na icônica *Times Square* (Figura 1), em Nova York, nos Estados Unidos da América (Jornal Estado de Minas, 2025). Conhecida como o coração de Nova York — assim como a Praça Sete é para Belo Horizonte —, a *Times Square* se consolidou ao longo dos anos como símbolo da cidade cosmopolita, graças às suas luzes intensas e aos chamativos painéis publicitários (Times Square, 2025).

Figura 1: Vista da *Times Square* em Nova York.



Fonte: Nomad, 2025.

A imagem acima (Figura 1), demonstra que à partir de milhares de luzes e enormes telões, a Times Square se tornou a representação mais reconhecida de Nova York. Seu centro nevrálgico é constituído pelo cruzamento da Broadway com a 7ª Avenida sem, contudo, haver de fato uma praça edificada nos moldes comuns. Ali encontram-se diversos bares, restaurantes, teatros e museus. Ao anoitecer, as luzes se acendem e iluminam intensamente o local, atraindo tanto turistas quanto nova-iorquinos, que a consideram a praça mais famosa da cidade (Times Square, 2025).

Neste sentido, em uma reportagem do Jornal Estado de Minas, a Prefeitura de Belo Horizonte, com o apoio de atores da sociedade civil, representantes do comércio local e profissionais da arquitetura, tem atuado na proposta de implementação da “*Times Square* mineira” na Praça Sete de Setembro. A iniciativa é movida pela ideia de que a intervenção trará benefícios significativos para a cidade (Caixeta, 2025).

Figuras importantes da cultura brasileira, como Noel Rosa e Carlos Drummond de Andrade, já alertavam em suas obras sobre o risco da norte-americanização. Essa crítica surgia, por exemplo, na percepção da perda da identidade cultural nacional diante da crescente influência dos valores, hábitos e produtos dos Estados Unidos. Drummond (1997), de forma indireta, ironizava a padronização e o consumo de bens culturais estrangeiros em seus poemas, enquanto Noel Rosa, na música popular, refletia sobre o impacto da cultura americana no cotidiano e nas tradições locais.

Por outro lado, figuras como Monteiro Lobato (1932) acreditavam que essa norte-americanização poderia tirar o Brasil do atraso — tanto cultural quanto econômico — ao promover uma modernização gradual da sociedade brasileira, aproximando-a da cultura de um país capitalista, central e rico (Ferreira, 2019). A partir dessa contextualização, a pesquisa

se dedica a analisar os impactos que a proposta de requalificação, inspirada no modelo da “*Times Square*”, poderá causar na Praça Sete, em Belo Horizonte. Diante das tensões geradas, torna-se evidente a necessidade de aprofundar o debate sobre os limites entre propostas de requalificação e a possível descaracterização do espaço urbano. Antes disso, será apresentado o objeto de estudo, seguido pela exposição de diferentes pontos de vista sobre a proposta, como forma de embasar a discussão.

3.1 A Praça Sete de BH e o projeto de “Times Square Mineira”

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, foi a primeira cidade brasileira planejada no período republicano. Idealizada para substituir Ouro Preto como capital, a nova cidade foi oficialmente inaugurada em 1897 (Costa, 2008). Sua construção refletia os ideais de modernidade da República recém-proclamada, com ruas largas, traçado geométrico e influência internacional da arquitetura europeia (Silva, 2023).

Belo Horizonte é reconhecida por sua diversidade cultural, com destaque para a gastronomia, eixo que proporcionou o título de cidade criativa em 2019 (Nery, 2005) por ser um importante centro de inovação, oferta de serviços, e ser reconhecida como uma das principais cidades inteligentes do Brasil (Malta *et al.*, 2018). O projeto urbanístico elaborado pelo engenheiro Aarão Reis, buscou integrar elementos de funcionalidade, higiene e estética em sua composição arquitetônica (Lourenzato, 2021).

A cidade foi construída sobre o antigo arraial do Curral del Rei, escolhido por sua localização estratégica e temperaturas amenas (Lourenzato, 2021). Ao longo do século XX, Belo Horizonte passou por intenso crescimento urbano, tornando-se um polo industrial, político, educacional e cultural. A partir das décadas de 1940 e 1950, expandiu-se para além do núcleo planejado, e consolidando-se como uma metrópole (Brito e Souza, 2005).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2025), o processo de transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte — inicialmente denominada Cidade de Minas — provocou uma série de transformações na paisagem do antigo Arraial do Curral del Rei, que passou a sediar a administração estadual. Nesse contexto, diversos elementos de destaque foram incorporados ao arranjo urbano e à arquitetura da nova capital, entre eles a Praça Sete de Setembro, foco desta pesquisa.

Projetada por Aarão Reis no final do século XIX, a Praça Sete — inicialmente chamada de Praça Doze de Outubro — recebeu seu nome atual em 1922, durante o centenário da Independência do Brasil. Localizada no hipercentro de Belo Horizonte, no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, é um espaço simbólico para manifestações culturais e políticas (PBH, 2025). Assim como a *Times Square*, destaca-se pela confluência de vias e

pelo obelisco “Pirulito”, seu principal marco, erguido em homenagem ao centenário da Independência.

Conforme o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA MG, 2025) o monumento conhecido como “Pirulito”, teve seu tombamento estadual aprovado pelo Conselho Curador do IEPHA/MG em março de 1977, sendo oficializado pelo Decreto nº 18.531, de 2 de junho do mesmo ano, com inscrição no Livro de Tombo nº III — Histórico. Projetado pelo arquiteto Antônio Rego e inaugurado em 7 de setembro de 1924, o obelisco de granito, com 13,57 metros de altura, foi instalado no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, marco simbólico do centro de Belo Horizonte (Figura 2).

Figura 2: Praça Sete de Belo Horizonte.



Fonte: Belotur, 2025.

Os arredores da praça (Figura 2) abrigam imóveis de grande relevância para a história da cidade, como o Cine Teatro Brasil, o edifício do Banco da Lavoura e o antigo Banco Mineiro da Produção, projetado por Oscar Niemeyer na década de 1950. Outro destaque é o edifício onde atualmente funciona a Unidade de Atendimento Integrado (UAI), construído no final do século XIX, que originalmente sediou o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (PBH, 2025).

No entanto, segundo o jornal *Estado de Minas*, um movimento político pode alterar significativamente o visual da Praça Sete. O Projeto de Lei nº 883/23, que autoriza a instalação de painéis de *Light Emitting Diode* (LED) para veiculação de publicidade nos edifícios da praça, foi aprovado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte e sancionado sem vetos pelo prefeito em exercício, Álvaro Damião (Mello, 2024). Conforme a reportagem, o atual prefeito transformou o projeto em lei, o que pode transformar a praça em uma espécie de “Times Square” (Mello, 2024).

De acordo com o G1 Minas, à partir desta lei, está autorizada a instalação de painéis luminosos de LED nas fachadas dos prédios localizados nas esquinas da Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte. Os painéis poderão ser instalados nos seguintes cruzamentos: Avenida Amazonas com Rua Rio de Janeiro e Avenida Amazonas com Rua dos Carijós, ambos com painéis voltados para os dois lados da Avenida Afonso Pena; e Avenida Afonso Pena com Rua Rio de Janeiro e Avenida Afonso Pena com Rua dos Carijós, com painéis voltados para os dois lados da Avenida Amazonas (Salgado, 2025).

No entanto, a sanção da lei gerou controvérsias e suscitou debates sobre a apropriação do espaço cultural de Belo Horizonte. A proposta é vista por muitos como uma tentativa de “norte-americanização” da Praça Sete (Salgado, 2025), desconsiderando sua história e identidade próprias, marcadas por importantes manifestações culturais ao longo do tempo (PBH, 2025). Para tanto, ao sancionar a lei, foram estabelecidas “regras rigorosas” para a instalação dos painéis de LED.

Conforme matéria do “Hoje em Dia” (2025), as empresas interessadas devem submeter seus projetos de publicidade à Prefeitura, que verificará o cumprimento das seguintes regras: a altura deve variar entre 3 e 40 metros; a instalação não pode ocupar mais de 30% da fachada; deve ser veiculada gratuitamente 1 hora diária de conteúdo definido pela PBH, dividido em inserções de 30 segundos; a espessura da estrutura não pode ultrapassar 1,70 metros; e a instalação não pode afetar a identidade do local, nem comprometer a acessibilidade ou a sinalização de trânsito. Para imóveis tombados, é necessária a aprovação do Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural. Segundo o Decreto nº 9.232 da PBH (1997), a instalação deve ocorrer de forma a garantir que:

Art. 1º - A instalação de engenhos de divulgação de publicidade em logradouros públicos dependerá de licença, outorgada após aprovação, pelo Executivo, de requerimento devidamente instruído do interessado, e do pagamento das respectivas taxas. § 1º - Nenhum engenho de publicidade poderá ser instalado antes da emissão da respectiva licença. § 2º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se instalado em logradouro público o engenho de divulgação de publicidade que esteja voltado diretamente para as vias públicas e demais espaços públicos, expostos ao ar livre ou nas fachadas externas das edificações (Prefeitura de Belo Horizonte, 1997. n.p).

Conforme divulgado pelo *Diário do Estado* (2025), a proposta de instalar painéis luminosos em BH divide opiniões. A Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – Regional Minas Gerais (AsBEA-MG) avalia que a medida não impulsionará o desenvolvimento econômico, enquanto o Sistema Fecomércio e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) defendem que as telas trarão mais “vida e visibilidade” ao hipercentro. Já

o arquiteto Marcelo Palhares, da AsBEA-MG, ressalta que os painéis não foram os responsáveis por revitalizar a *Times Square*, referência do projeto em BH. Segundo Marcelo Palhares:

Na década de 1980, a *Times Square* não era assim [como conhecemos hoje]. Houve um plano urbanístico para recuperar aquela área e isso envolveu incentivos para atividades culturais, incentivo para comércios de alto padrão e incentivo para a restauração de edifícios. Além disso, uma intervenção urbanística que reduziu a área de veículos, a transformando em uma grande praça. É a partir dessas transformações que efetivamente se transformou em uma área turística, não [por causa dos] painéis eletrônicos. (Salgado, 2025. s.p.).

O arquiteto defende que Belo Horizonte preserve sua identidade, investindo em incentivos e benefícios fiscais voltados ao turismo. Segundo ele, o valor das grandes cidades está na vivência de suas singularidades, e não na cópia de modelos estrangeiros. Ele também alerta para o risco de esvaziamento dos edifícios que receberiam os painéis, citando a *Times Square* como exemplo: o prédio que deu nome à praça, antiga sede do jornal *The Times*, está vazio há 50 anos porque as janelas foram bloqueadas, afastando possíveis locatários (Salgado, 2025).

A Fecomércio, entidade que representa o comércio e busca impulsionar a economia local, apoia o projeto como forma de atrair mais pessoas para o centro de Belo Horizonte. Segundo a instituição, os painéis de LED contribuirão para a segurança na região ao melhorar a iluminação (Freua, 2024).

Para Alexandre França, assessor de Relações Institucionais da Fecomércio, a iniciativa pode dar visibilidade ao centro, atrair eventos noturnos, fortalecer o turismo e reaquecer o comércio local, hoje prejudicado pela sensação de insegurança (Salgado, 2025). A AsBEA-MG, por outro lado, propõe que os investimentos sejam direcionados à iluminação voltada à circulação de pedestres, como forma eficaz de aumentar a segurança, sem a necessidade de letreiros luminosos. A Fecomércio conta com o apoio da CDL/BH, que representa os comerciantes da capital (Freua, 2024). Para Marcelo de Souza, presidente da CDL/BH, os painéis são:

Uma oportunidade de promover ambientes que sejam 24 horas ativos e que irão dar maior visibilidade aos negócios ali alocados. Em cidades como São Paulo e Buenos Aires, na Argentina, a utilização desses equipamentos para exibir publicidade e informações contribui para a revitalização urbana e recuperação de áreas degradadas (Salgado, 2025. s.p.).

A partir das opiniões destacadas, análise das leis pertinentes e das fontes consultadas, observa-se a existência de dois posicionamentos distintos sobre a instalação dos painéis luminosos em Belo Horizonte. De um lado, há quem defenda a valorização da identidade cultural da cidade, com características arquitetônicas e paisagísticas pensadas em harmonia com seu contexto urbano. De outro, setores que apoiam a medida, motivados pela expectativa de desenvolvimento comercial e econômico, sustentada por um imaginário de influência norte-americana. Essa divisão revela como parte da sociedade ainda se mantém ligada a referências externas, especialmente dos Estados Unidos, enxergando a proposta de uma “*Times Square* mineira” como sinônimo de progresso.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa apontam para uma ambiguidade de posicionamentos em relação às transformações no contexto urbano. Segundo Malta *et al.* (2018), no atual cenário globalizado — marcado pela rápida urbanização e pelo avanço acelerado da revolução digital — torna-se necessário desenvolver propostas que contribuam efetivamente para a melhoria dos centros urbanos. Nesse contexto, as chamadas “Cidades Inteligentes” (CI) — como é o caso de Belo Horizonte — ganham destaque no setor.

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma cidade inteligente e sustentável é aquela que, de forma inovadora, utiliza Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e outros recursos para melhorar a qualidade de vida da sociedade, otimizar a gestão dos serviços urbanos e fortalecer sua competitividade. Ao mesmo tempo, busca atender às necessidades das gerações presentes e futuras nos âmbitos econômico, social e ambiental (Bouskela *et al.*, 2016).

Em 2017, Belo Horizonte ocupava a quarta posição entre as 50 cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil, segundo o estudo *Connected Smart Cities* de 2017 (PBH, 2017). No entanto, em 2024, a cidade caiu para a oitava posição no mesmo *ranking*. A pesquisa avalia áreas como mobilidade, urbanismo, tecnologia e inovação, empreendedorismo, governança, educação, energia, meio ambiente, saúde, segurança e economia (Connected Smart Cities, 2024).

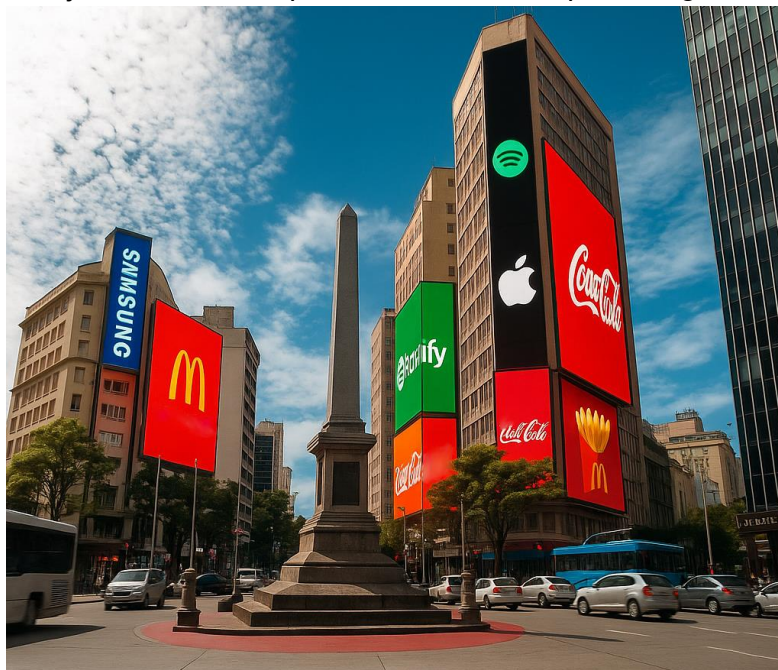
Apesar de avanços em áreas como meio ambiente, energia e governança, BH enfrenta desafios para se consolidar como uma CI, conforme os parâmetros do BID (Bouskela *et al.*, 2016). A queda da capital mineira no *ranking* das CI acende um sinal de alerta, especialmente em um contexto no qual urbanismo e inovação são critérios fundamentais. No caso específico de BH, destaca-se a controvérsia em torno da preservação da Praça Sete, reconhecida como patrimônio cultural da cidade, cuja integridade tem sido alvo de intensos debates.

A preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte é uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade. No entanto, a cidade enfrenta déficits nesse processo, priorizando frequentemente interesses comerciais em detrimento da identidade cultural e com pouca participação da sociedade civil. Essa postura reflete uma adesão contínua ao urbanismo neoliberal e evidencia os desafios para garantir a proteção e valorização dos bens culturais (Veridiano, Custódio e Costa, 2024).

Nesse cenário, torna-se fundamental uma análise crítica do modelo de urbanismo adotado. Segundo Brenner e Theodore (2002), o urbanismo neoliberal se expressa por estratégias de mercado que reorganizam o espaço urbano em função de interesses econômicos, sob discursos como revitalização ou modernização. Esse modelo impulsiona a expansão de zonas empresariais e processos de privatização nas cidades.

Lopes (2020) observa que a requalificação urbana também adquire um caráter neoliberal quando usada como estratégia de marketing territorial, transformando o espaço público em campo de disputas simbólicas e econômicas. A proposta de transformar o hipercentro de Belo Horizonte em uma “*Times Square* mineira” (Figura 3), exemplifica esse empresariamento urbano, em que, segundo Franzoni, Mezzacappa e Canetti (2017), o poder público tende a privilegiar a atração de investimentos e a valorização do espaço em detrimento das reais demandas sociais.

Figura 3: Projeto de “*Times Square* mineira” criado por Inteligência Artificial.



Fonte: Imagem gerada pela inteligência artificial Midjourney, 2025.

A imagem (Figura 3) ilustra como o centro de Belo Horizonte pode deixar de ser um espaço de convivência social e diversidade cultural para se transformar em um produto de

consumo, seguindo a lógica da cidade-vitrine voltada ao capital (Oliveira e Oliveira, 2021). Autores latino-americanos apontam que, ao adotar estéticas inspiradas em cidades do Norte Global, as elites políticas e econômicas locais reforçam o epistemicídio — a negação de saberes não ocidentais — que historicamente marca o pensamento urbano na América Latina (Porto-Gonçalves, 2023). Martins e Moita (2018) discutem esse conceito, denunciando a imposição de uma epistemologia dominante que marginaliza outras formas de conhecimento, práticas e vivências urbanas fora do padrão hegemônico e capitalista.

Novelo (2023) propõe uma reflexão crítica sobre a atuação da arquitetura no contexto neoliberal, destacando a transformação do papel social do arquiteto. Para ele a busca por visibilidade, *marketing* e retorno financeiro tem se sobreposto ao compromisso com o interesse público. Muitos profissionais acabam priorizando projetos emblemáticos voltados ao mercado, em detrimento das reais necessidades sociais e da funcionalidade dos espaços. Esse processo é reforçado pela influência da mídia e pelo desejo de prestígio, que promovem uma arquitetura mais voltada à imagem do que à inclusão e ao uso coletivo.

Segundo Moraes (2022), para que a revitalização urbana ocorra de maneira efetiva, é fundamental que o planejamento respeite as características do ambiente existente e considere o entorno imediato. Além disso, a requalificação deve ser orientada por estudos prévios que sejam condizentes com a realidade da área objeto de intervenção, pela criação de agentes catalisadores que fortaleçam a identidade local e pela construção de uma imagem positiva do espaço, associada a uma gestão contínua e à participação de diferentes esferas sociais.

Neste viés, a proposta de transformar a Praça Sete em uma "*Times Square* mineira" revela o desejo de inserção da cidade em uma lógica de competição interurbana globalizada, em que o *marketing* urbano desempenha papel central. Ao invés de valorizar as especificidades históricas e culturais do centro de BH, o projeto opera uma transposição simbólica que ignora as singularidades locais.

O caso da Praça Sete expressa um tensionamento entre projetos distintos de cidade. De um lado, a cidade-espetáculo, caracterizada por espaços moldados por uma arquitetura espetacular e por um urbanismo alinhado aos padrões éticos e estéticos da mundialização (Sánchez e Guterman, 2001), orientada ao consumo, à visibilidade e à atração de investimentos (Souza e Silva, 2021). De outro, a cidade vivida, aquela que é experimentada e apropriada por seus habitantes, construída a partir da vivência cotidiana (Nogueira, 2019), marcada pela pluralidade de usos, memórias e resistências. A adoção de referências estrangeiras, nesse contexto, atua como ferramenta de apagamento das narrativas locais, ao mesmo tempo em que reafirma hierarquias culturais globais.

Para aprofundar a discussão, foram realizadas entrevistas com profissionais das áreas de comunicação, arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural. O primeiro entrevistado,

comunicador e produtor multimídia, morador do bairro Floresta, em Belo Horizonte, criticou fortemente a proposta de transformar a Praça Sete em uma “*Times Square* mineira”. Segundo ele, a instalação de painéis luminosos representa a importação inadequada de modelos visuais estrangeiros, desconsiderando o contexto histórico e cultural local. Em sua visão, a intervenção comprometeria a paisagem urbana e apagaria elementos fundamentais da memória coletiva, afetando o sentimento de pertencimento da população.

O comunicador considera que a proposta não traria ganhos significativos ao desenvolvimento econômico ou comercial da cidade. Defende que o investimento público seja direcionado a ações estruturadas de valorização do comércio local, como campanhas digitais e programas de preservação da história urbana. Ressaltou ainda a importância de manter marcos simbólicos como o “pirulito” e a harmonia arquitetônica dos edifícios do entorno, afirmando que qualquer intervenção deve respeitar e dialogar com os elementos que compõem a identidade da Praça Sete.

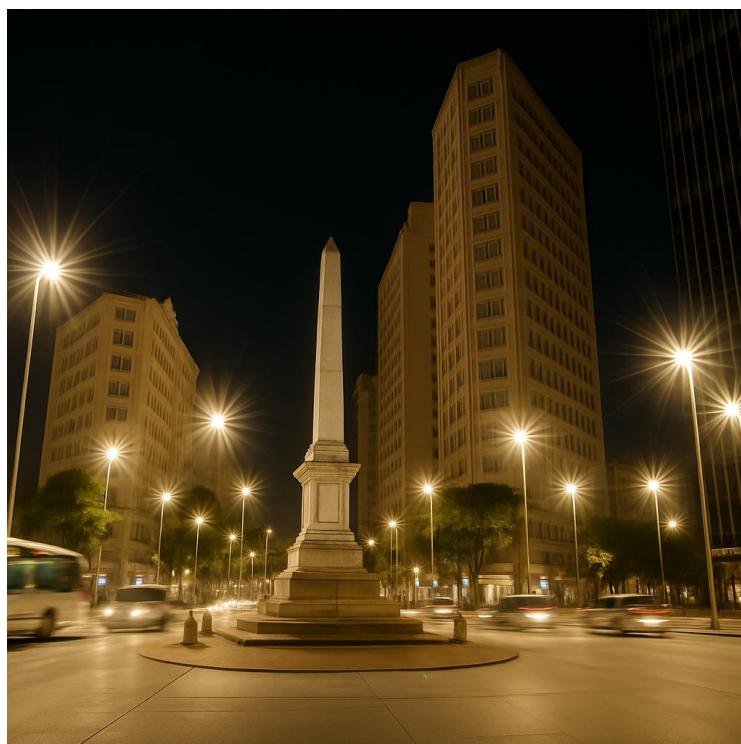
A segunda entrevistada, arquiteta, urbanista e designer de interiores, residente no bairro Calafate, compartilha da mesma perspectiva crítica. Alerta para os riscos de descaracterização da paisagem urbana e da memória coletiva, apontando que a proposta poderia transformar a praça em um ambiente artificial, desconectado da realidade local. Para ela, intervenções em espaços de valor patrimonial devem ser pautadas por debate público, envolvimento comunitário e acompanhamento técnico especializado.

Ela também questiona a efetividade da proposta para o desenvolvimento local, argumentando que, sem planejamento integrado, a intervenção pouco contribuiria para a qualidade de vida ou fortalecimento do comércio. Defende um projeto que envolva mobilidade, segurança, preservação cultural e inclusão social. Elementos como o “pirulito”, os edifícios históricos e a arborização devem ser preservados, pois compõem a singularidade do espaço. Demonstrou ainda preocupação com a crescente poluição visual e digital na região.

A terceira entrevista foi com uma arquiteta urbanista e conservadora-restauradora, com pós-graduação em Patrimônio Cultural e estudos de paisagem. Moradora de Belo Horizonte, classificou a proposta como um retrocesso, por transformar um espaço de profundo significado simbólico e histórico em uma vitrine publicitária, desrespeitando a legislação de proteção ao patrimônio. Para ela, a intervenção compromete os múltiplos sentidos da Praça Sete, resultando em perdas irreparáveis à memória urbana em favor de interesses econômicos restritos. Enfatiza que há formas mais respeitosas de promover publicidade e desenvolvimento, sem sacrificar o patrimônio. Reafirma a importância de preservar o “pirulito”, as fachadas históricas, a configuração espacial da praça e a presença cotidiana das pessoas que a ocupam, essenciais para a identidade e a memória afetiva do local.

Por fim, muitos dos atores contrários ao projeto da chamada “Times Square mineira” apontaram que investimentos pontuais em infraestrutura urbana, como melhorias na iluminação pública, já poderiam gerar impacto significativo na valorização e segurança do espaço, sem a necessidade de uma requalificação total que comprometa sua integridade histórico-cultural. Andrade e Montanheiro (2022) afirmam que uma boa iluminação valoriza as condições gerais de um ambiente e mantém seus níveis de conforto. Dessa maneira, a iluminação é considerada um dos fatores fundamentais para a qualidade de vida da população, e, para que um ambiente apresente uma boa iluminação, é necessário um direcionamento adequado. A imagem abaixo (Figura 4) ilustra uma proposta simulada de projeto luminotécnico, desenvolvida por inteligência artificial, que visa melhorar a iluminação do logradouro, sem a necessidade de instalações de painéis luminosos.

Figura 4: Projeto de iluminação feito por IA.



Fonte: Imagem gerada pela inteligência artificial Midjourney, 2025.

A partir da simulação apresentada acima (Figura 4), observa-se a preservação das características arquitetônicas e espaciais do entorno urbano, com intervenções mínimas e discretas voltadas exclusivamente à qualificação da ambiência e à promoção da segurança pública, sem interferir na identidade histórica do local. Ações como essa são benéficas ao patrimônio cultural brasileiro, ao contrário de importar modelos globais norte-americanos, encarados como case de sucesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta evidencia os conflitos entre distintas racionalidades urbanas presentes no espaço central da capital mineira. A Praça Sete de Setembro, marco simbólico e histórico de Belo Horizonte, expressa o embate entre uma cidade viva, plural e construída cotidianamente por seus habitantes, e uma cidade-vitrine, pautada por interesses mercadológicos e orientações estéticas globais. Esse tensionamento revela como intervenções urbanas, ao priorizarem valores ligados ao consumo e à espetacularização do espaço público, operam um processo de silenciamento de narrativas locais e populares.

Nesse sentido, a adoção de modelos urbanos hegemônicos, muitas vezes inspirados em referências do Norte Global, contribui para o aprofundamento de um epistemicídio urbano, em que saberes, práticas e modos de vida locais são marginalizados em nome de uma suposta modernidade universal. Como aponta Corrêa e Santos (2022), esse apagamento de racionalidades diversas reforça hierarquias coloniais do saber e do poder, ainda presentes nas formas de produção do espaço urbano latino-americano.

Contudo, esta pesquisa apresenta algumas limitações que merecem ser consideradas e futuros estudos poderiam aprofundar a abordagem empírica por meio de etnografias urbanas, observações participantes ou análises comparativas com outras cidades latino-americanas que vivenciam processos semelhantes de requalificação urbana inspirada em modelos globais. Investigações voltadas à eficácia de políticas públicas patrimoniais e ao papel da sociedade civil organizada na formulação de propostas urbanas também se mostram promissoras, especialmente no que tange à resistência simbólica e material aos processos de homogeneização espacial.

Assim, repensar o centro da cidade exige não apenas políticas públicas mais sensíveis às práticas sociais e culturais que ali se desenvolvem, mas também uma revisão crítica das epistemologias que fundamentam os projetos urbanos. Valorizar os saberes locais, promover a escuta ativa das populações que ocupam e transformam esses espaços e combater lógicas excludentes são caminhos essenciais para construir cidades mais justas, diversas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rachel de Castro; MARÇAL, Ághata Moura; GUIMARÃES, Sávio Tadeu. **Mercados Públicos na área central de Belo Horizonte: transformações, resistências, tensões**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 14, p. e20210110, 2022.

AMERICAN PROJECT. **A cultura americana e suas influências na cultura brasileira**. 2020. Disponível em: <https://www.americanproject.com.br/cultura-americana/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ANDRADE, Leticia Pereira; MONTANHEIRO, Fabiana Padilha. **Qualidade da Iluminação em Ambiente Escolar**. Revista VérticeFIB, v. 1, n. 1, 2022.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. Unesp, 2002.

BAGGIO, Vagner. **Cozinha americana: por que este estilo é tão popular no Brasil?** Incorposul, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.incorposul.com.br/blog/cozinha-americana/> . Acesso em: 17 abr. 2025.

BALTEIRO, Lucas Chiconi. **Patrimônio cultural no país do 'Vale Tudo'**. Le Monde Diplomatique Brasil, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/patrimonio-cultural-no-pais-do-vale-tudo/> . Acesso em: 17 abr. 2025.

BOUSKELA, M.; CASSEB, M.; BASSI, S.; DE LUCA, C.; FACCHINA, M. **Caminho para as smart cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente**. Monografia do BID, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18235/0012831>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. **Cities and the geographies of "actually existing neoliberalism"**. Antipode, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. **Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. São Paulo em perspectiva, v. 19, p. 48-63, 2005.

BRITO, Larisse Miranda de et al. **Afiliação estudantil, atos de currículo/atos institucionais e descolonização: Autoetnobiografias tecidas por jovens indígenas, quilombolas, africanos, negros e (filhos de) trabalhadores no Brasil e Portugal**. 2024. (Tese de Doutorado em Educação) – Salvador, BA.

CAIXETA, Izabella. **'Times Square de BH': lei que permite publicidade na Praça 7 entra em vigor**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 8 mar. 2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2025/03/7079481-times-square-de-bh-lei-que-permite-publicidade-na-praca-7-entra-em-vigor.html> . Acesso em: 17 abr. 2025.

CASTILLO, Ricardo; SANTOS, Henrique Faria dos. **Globalização, neoliberalismo e competitividade regional: notas para discussão**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 27, p. e202511pt, 2025.

CONNECTED SMART CITIES. **Belo Horizonte é a oitava cidade mais inteligente e conectada do país**. Portal Connected Smart Cities, 3 set. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pg0Kb>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CORREIA, Gabriel Siqueira, SANTOS, Carolina da Silva. **Território e estudos de matriz decolonial: caminhos e possibilidades de pesquisa na Geografia**. Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), v. 18, n.2, 54-81, jul-dez, 2022.

COSTA, Ana Carolina Silva de; ARGUELHES, de Oliveira Delmo. **A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX**. Universitas Humanas (encerrada), v. 5, n. 1, 2008.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Culinária e alta cultura no Brasil**. Revista Novos Rumos, n. 34, 2001.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da culinária brasileira: escritos sobre a cozinha inzoneira**. São Paulo: Fósforo, 2021.

FERREIRA, Filipe Augusto Chamy Amorim. **O sonho americano de Monteiro Lobato: relações Brasil-EUA na obra do escritor**. 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-19122019-123314/> Acesso em: 14 abr. 2025.

FIGUEIRA, Mauro Sérgio. **GUERRA, AUTONOMIA E HIERARQUIA MONETÁRIA NO PADRÃO DÓLAR FLEXÍVEL: A BREVE EXPERIÊNCIA DE AUTONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 2003-2010**. Anais do I Encontro Nacional de Economia Política Internacional-ENEPI, p. 31, 2016.

FREUA, Salma. **PL aprovado pela Câmara sobre painéis de LED na Praça Sete divide opiniões**. O Tempo, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rdCQN>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **História – Belo Horizonte (MG)**. Brasília: IPHAN, 2025. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1832/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Monumento Comemorativo do Centenário da Independência Nacional**. IEPHA-MG, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nZmDe>. Acesso em: 17 abr. 2025.

JESUS, Jeová Pereira de; SILVA, Gilberto Rineldi da. **DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA ADVINDA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 890–906, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i12.3535. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3535>. Acesso em: 19 abr. 2025.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **‘Times Square de BH’: lei que permite publicidade na Praça 7 entra em vigor - Cartão postal de Belo Horizonte agora pode receber painéis gigantes de até 40 metros de altura; veja as regras**. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2025/03/7079481-times-square-de-bh-lei-que-permite-publicidade-na-praca-7-entra-em-vigor.html> Acesso em: 19 abr. 2025.

KUHN, Bruno; ARÉVALO, Raquel. **A Doutrina Monroe e suas influências: impactos nas Américas**. Brasília: CEUB – Centro Universitário de Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LOBATO, Monteiro. **América**. São Paulo: Brasiliense, 1932.

LOPES, Raíssa. **Precisamos subverter a lógica de cidade como empresa, que exclui 80% da população**. Brasil de Fato, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/d0sBl>. Acesso em: 17 abr. 2025.

LOURENZATO, Augusto Cezar. **A força pública na transformação da paisagem de Belo Horizonte: influências do policiamento da cidade na Primeira República**. 2021. 170 f.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

MALTA, Guilherme Augusto Pereira et al. **Análise da oferta, uso e qualidade dos APPS de informação turística em Belo Horizonte–MG no período 2014-2017.** Marketing & Tourism Review, v. 3, n. 3, p. 1-33, 2018.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, JFGS. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate.** Semana de História do Pontal, v. 6, p. 1-11, 2018.

MELLO, Alessandra. **Câmara de BH aprova em definitivo instalação de painéis de LED na Praça 7.** Estado de Minas, Belo Horizonte, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2024/12/7008388-camara-de-bh-aprova-em-definitivo-instalacao-de-paineis-de-led-na-praca-7.html> . Acesso em: 17 abr. 2025.

MORAIS, Brendon Ruiz de. **Revitalização de área urbana a partir do diálogo entre a habitação e uso social do espaço.** Revista VérticeFIB, v. 1, n. 1, 2022.

NERY, Mariane Rodrigues; MARINHO, Frederico Couto. **O PAPEL DA CRIATIVIDADE NA GESTÃO DE MARCA DAS CIDADES: ESTUDO DE CASO DE BELO HORIZONTE.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 18, n. 4, p. 37-62, 2025.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. **Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 21, p. 69-85, 2009.

NOVELO, Leonardo. **Copie e cole. Replique, reutilize e reapropriie.** LINA, 2023. Disponível em: <https://lina.community/projects/68e22f67-5c5b-49dc-b5fc-b68eadc0ec25/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

OBAMA, Barack. **A audácia da esperança: reflexões sobre a reconquista do sonho americano.** Companhia das Letras, 2021.

OLIVEIRA, Juliana Campos; OLIVEIRA, Rafaela Campos. **Cidades-jardins versus condomínios fechados de luxo: ameaça ao direito à cidade frente a apropriação da natureza no meio urbano.** Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, v. 7, n. 1, p. 120-141, 2021.

PASQUALINI, Jordana. **Como o inglês pode transformar a sua carreira.** Anais do Seminário Internacional de Educação (SIEDUCA), v. 4, n. 1, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **América Latina/Abya Yala no Sistema Mundo: de Geopolítica, de outras configurações socioespaciais e de Outros Horizontes de Sentido.** (A questão da terra e da Terra revisitada). Geografares, n. 37, 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Praça Sete de Setembro.** Portal Oficial de Belo Horizonte - BELOTOUR, 2025. Disponível em: <https://portalbelohorizonte.com.br/o-que-fazer/ao-ar-livre-e-esportes/pracas/praca-sete-de-setembro>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **BH é eleita a 4ª cidade mais inteligente e conectada do país.** Portal da Prefeitura de Belo Horizonte, 4 set. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/VIEpK>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Decreto nº 9.232, de 1997 - Capítulo I: Das disposições preliminares.** Belo Horizonte, 1997. Disponível em:

<http://www.fazenda.pbh.gov.br/internet/legislacao/formchave.asp?key=224>. Acesso em: 17 abr. 2025.

RABELO, Pedro Henrique de Melo; DAS GRAÇAS CHAVES, Cláudia Maria. **Um mercado entre dois Impérios**. Albuquerque: revista de história, v. 8, n. 15, p. 67-88, 2016

REDE GLOBO. **América**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 2005. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7623281/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SALGADO, Rodrigo. **Prefeitura de BH sanciona lei que permite transformar Praça Sete em 'Times Square', autorizando instalação de LEDs luminosos**. G1 Minas, Belo Horizonte. 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/G7IN9> Acesso em: 16 abr. 2025.

SÁNCHEZ, Fernanda; GUTERMAN, Bruna. **Batalhas simbólicas na cena pública: a marcha para “Rio 2016”**. Antropologia do conflito urbano: conexões Rio–Barcelona, p. 40.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes. **Análise sobre o desenvolvimento do campo de estudo em informação científica e técnica nos Estados Unidos e na antiga União Soviética durante a guerra fria (1945-1991)**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 8, n. 2, p. 130–157, 2012.

SILVA, Ana Regina Ferreira; RÜCKERT, Aldomar; CARNEIRO, Camilo Pereira. **Estratégia De Integração Territorial E As Contradições Do Cosiplan-lirsa Na Amazônia Setentrional Brasileira**. In: ANAIS DO 2 CONGEO–Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território. p. 141. Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de outubro de 2016.

SILVA, Rosineide Oliveira; ARAÚJO, André Ferreira; LIMA, Mariana Soares. **Paisagem urbana e espaço público na atualidade: diálogo, história e percepção de três praças da cidade de Belo Horizonte-MG**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SOUSA, Mabel Ribeiro. **Nafta e Brasil: a atual conjuntura política-econômica do bloco em contraponto com política externa brasileira**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário Internacional UNINTER.

SOUZA, Caio Cesar Marinho Rodrigues de; SILVA, Gerardo. **A reinvenção globalizada dos territórios criativos: do contexto global ao nacional**. Cadernos Metrôpole, v. 24, p. 363-386, 2021.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Uma política para o continente-reinterpretando a Doutrina Monroe**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2, p. 115-132, 2014.

TIMES SQUARE. **Welcome to Times Square**. Times Square Official Website, 2025. Disponível em: <https://www.timessquarenyc.org/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VEREDIANO, Fernanda Cristina; CUSTÓDIO, Marluce Maria; COSTA, Beatriz Souza. **Valorização e proteção dos cemitérios de Sabará-MG como patrimônio histórico e cultural da cidade**. RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024014, 2024. DOI: 10.20888/ridphe_r.v10i00.18369